

Proposta deve reduzir inflação

Na medida em que a renegociação da dívida interna, associada a uma ampla reforma fiscal, obter resultado positivo na inflação em decorrência da geração de superávit fiscal de dois a três por cento do PIB, estarão sendo criadas as condições adequadas à retomada do crescimento econômico, ressalta Fábio Giambiasi. O País passaria a pagar juros menores para negociar a sua própria dívida, fato que alteraria o cálculo de comprometimento tributário para com o pagamento dos custos financeiros anuais.

Estima-se que no caso de a economia crescer 3 por cento ao ano e a inflação internacional cravar iguais três por cento, os encargos para financiar a dívida seriam de 0,75 por cento do PIB após o primeiro ano, e iriam se reduzindo paulatinamente. Caso se adote a taxa de cinco por cento, os pagamentos representariam 0,73 por cento do PIB no primeiro ano, declinando rapidamente a partir de então. A credibilidade do Governo tenderia a se fortalecer, apenas se ele cumprisse uma política fiscal que transmitisse à sociedade a confiança de que, realmente, austeridade alcançou o setor público.

Num primeiro momento ao saber da proposta do Governo, os dois economistas acreditam que a população reagirá com tranquilidade, porque estará diante da opção fatal de que ou aceita essa proposta, que não implicará em nenhum calote, ou então terá que arcar com o custo da hiperinflação, que, se vier, transforma o valor dos papéis públicos em pó, numa verdadeira enchentemone-tária.

O papel dos bancos terá que mudar consideravelmente diante do novo quadro a ser criado pela

renegociação da dívida interna. A proposta dos dois economistas prevê que o sistema bancário poderá carregar uma boa carteira de títulos de longo prazo reordenando o modo como compatibilizar seus ativos e passivos. Os banqueiros passarão a intermediar riscos e melhorar a alocação de recursos da economia.

Produção — Eles farão isso, prevêem os dois técnicos, financiando uma carteira de ativos de maior prazo e risco com passivos que, embora de menor prazo, tenham uma composição e média de refinanciamento consistentes com os ativos em poder do Governo. A rentabilidade virá do spread com a intermediação. Dessa forma, os bancos estarão comprometidos com o financiamento da produção e não mais com a especulação financeira, que se sustenta nos juros elevados.

"A atratividade dos títulos pode ser bastante acrescida, ademais, se a mudança de política for acompanhada por uma formulação que permita a concessão de preferência aos detentores dos títulos Bônus Brasil (BB) em um novo programa de crescimento a ser anunciado. Seriam concedidos estímulos a projetos privados de investimento em áreas de maior inserção junto à economia mundial como em modernização dos portos, meios de transporte, telecomunicações, armazenagem etc. O incentivo poderia ser dado através do financiamento pelo BNDES complementado com o resgate antecipado de parte dos valores aplicados (limitado a dez por cento ao ano do valor do estoque de títulos). A utilização dos títulos BB nos leilões de privatização também estaria prevista", prevê o estudo.